



FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA

FILIAÇÃO: Judite Joventina Pereira e Leôncio Samuel Pereira

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 2/4/1944, Sumé (PB)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: policial militar, bancário, funcionário público

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Partido Comunista Brasileiro (PCB)

DATA E LOCAL DE DESAPARECIMENTO: não informado

BIOGRAFIA

Nascido em Sumé (PB), Francisco das Chagas Pereira foi sargento da Polícia Militar (PM) na Paraíba no início da década de 1960. Posteriormente, desligou-se da corporação e iniciou carreira no Banco do Nordeste, em 1965, tendo exercido funções em diversas cidades da região até 1969. Francisco era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1970, aprovado em concurso público, passou a trabalhar na Embratel, no Rio de Janeiro (antigo estado da Guanabara). Neste período, cursava Direito na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Em agosto de 1971, Francisco foi considerado o principal suspeito na ocorrência de um incêndio nas instalações da Embratel, dirigida na época por um militar do Exército. Deixou o país e nunca mais foi visto por sua família, com quem fez o último contato em 5 de agosto de 1971. Sabe-se que viveu no Chile entre o fim de 1971 e 1973.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em decisão de 2 de abril de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro no desaparecimento de Francisco das Chagas Pereira, ao deferir pedido apresentado pelo irmão do militante, Almir Pereira Dornelo. Anteriormente, Francisco não constava em nenhuma das listas

de desaparecidos organizada por familiares ou por entidades ligadas aos direitos humanos. A própria CEMDP registrou no livro-relatório *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (2007) que teve de decidir sobre o deferimento contando com informações precárias sobre as circunstâncias que cercaram o seu desaparecimento. O irmão informou sobre o vínculo de Francisco com o PCB. Segundo o relator do processo, “a documentação constante nos autos efetivamente demonstra a sua participação e a acusação de ter participado em atividades políticas, tendo desaparecido, sem que dele a família tenha obtido qualquer notícia, nem atestado de óbito”. A CEMDP preferiu desconsiderar um depoimento que Francisco teria prestado no consulado brasileiro em Santiago do Chile, em data posterior ao desaparecimento denunciado por sua família, por entender que era de “autenticidade duvidosa”.

O nome de Francisco das Chagas Pereira foi incluído no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Após atuar como policial militar e bancário no Nordeste, Francisco das Chagas

Pereira mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1970, já com uma trajetória de militância política no PCB, conforme depoimento de seu irmão, Almir Pereira Dornelo. Francisco passou a trabalhar na Embratel em 1970. Testemunhos de funcionários, apresentados por seu irmão no processo da CEMDP, enfatizam que ele era bastante ativo na empresa, mantendo uma boa relação, inclusive, com o então diretor, coronel Galvão. Conforme documento produzido pela Polícia Federal, Francisco foi acusado de distribuir, dentro da empresa, “material impresso de cunho subversivo” e foi considerado o principal suspeito de, no dia 6 de agosto de 1971, atear fogo em material de expediente da Embratel. Naquele dia, segundo o mesmo documento, teria fugido da segurança interna da empresa, não mais retornando ao trabalho.

São imprecisas as informações acerca da movimentação de Francisco das Chagas Pereira após deixar o país. Conforme consta no processo da CEMDP, de acordo com relato do irmão de Francisco, a última notícia de seu paradeiro pelos familiares foi um telefonema, em 1971, em que Francisco afirmava estar no Chile apoiando um partido político e que, “se o tal partido fosse vitorioso, tudo estaria bem com ele; do contrário, não saberia qual seria o seu futuro a partir dali”.

Em abril de 2014, Cecilia Hermosilla, chilena, entrou em contato com a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (CEV-PB), afirmando que foi colega de Francisco das

Chagas Pereira na Faculdade de Direito da Universidade do Chile, em Santiago, entre 1972 e julho de 1973.

Uma série de documentos localizados pela Comissão Nacional da Verdade em pesquisa realizada nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores (Seção de Arquivo Histórico e Seção de Correspondência Especial) e em diversos fundos recolhidos no Arquivo Nacional comprova a presença de Francisco no Chile entre 1971 e 1973 – posteriormente, portanto, a seu “desaparecimento” em 1971 – e indica que teria sido um “contato” do Adido Militar junto à Embaixada do Brasil em Santiago.

Documento do Centro de Informações da Polícia Federal datado de março de 1973 informa que Francisco das Chagas Pereira teria sido “morto quando participava de atividades de guerrilhas na Bolívia” e solicita que, em consequência, “sejam cancelados os Pedidos de Busca porventura existentes sobre o mesmo e sejam dirimidas as dúvidas por acaso surgidas a respeito”. Por outro lado, informe do Centro de Informações do Exterior (CIEX/MRE) datado de janeiro de 1975 encaminha ao SNI e demais órgãos de informação uma relação de “elementos subversivos brasileiros considerados ‘perigosos’ que se encontravam no Chile e aos quais o Governo chileno concedeu salvo-conduto após o movimento de 11 de setembro de 1973”, na qual consta o nome de Francisco das Chagas Pereira.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0034_0005.	Processo de Francisco das Chagas Pereira na CEMDP.	Familiares.	Informações e documentos que subsidiaram a apreciação do caso na CEMDP.
Arquivo CNV: 00092.000984/2014-51.	Dossiê elaborado pela CNV em resposta à consulta da CEV-PB.	CNV.	Compilação dos documentos localizados nos arquivos do MRE e no Arquivo Nacional sobre Francisco das Chagas Pereira. Inclui carta de Cecilia Hermosilla à CEV-PB.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante dos novos documentos localizados pela pesquisa da CNV, não é possível atestar com certeza a condição de Francisco das Chagas Pereira como vítima de desaparecimento forçado. Tendo em vista a decisão da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que o reconheceu como desaparecido político, recomenda-se o encaminhamento dos documentos coligidos àquele órgão para o prosseguimento das investigações.